Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING INTERNET

31/07/2014 ATÉ 31/07/2014

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 BLOG AQUILES EMIR
1.1 JUIZADOS ESPECIAIS..... 1
2 O IMPARCIAL ONLINE
2.1 DECISÕES..... 2
2.2 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 3
3 SINDJUS
3.1 SINDJUS..... 4
4 SITE 180 GRAUS
4.1 COMARCAS..... 5 6
4.2 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE..... 7
4.3 PROJETO ESTANTE VAZIA..... 8
5 SITE ADVOGADO NEWS
5.1 COMARCAS..... 9
5.2 FÓRUM DE SÃO LUÍS..... 10
5.3 JUIZADOS ESPECIAIS..... 11
5.4 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 12
6 SITE CNJ
6.1 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 13
7 SITE GAZETA DA ILHA
7.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 14
8 SITE JORNAL PEQUENO
8.1 SEMANA DA CONCILIAÇÃO..... 15
9 SITE JUSBRASIL
9.1 AÇÕES TJMA..... 16
9.2 COMARCAS..... 17
9.3 FÓRUM DE SÃO LUÍS..... 18
9.4 JUIZADOS ESPECIAIS..... 19
9.5 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 20

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - JUIZADOS ESPECIAIS
31/07/2014 - BLOG AQUILES EMIR - POLÍTICA
POSITIVA
(POSTADO EM 29.07.14) SEM SERVIÇO DE INTERNET DESDE QUINTA-FEIRA PASSADA, JUIZADO DE IMPERATRIZ DECIDE SUSPENDER ATENDIMENTO

Sem serviço de internet desde quinta-feira passada, juizado de Imperatriz decide suspender atendimento

Sem serviço de internet, o 2º ao Juizado Especial Cível de Imperatriz suspendeu o atendimento ao público. O problema, de acordo com o juiz titular Gladiston Nascimento Cutrim, prejudica os serviços no juizado desde a última quinta-feira, 24. “Como os processos são virtuais, está tudo parado aqui: movimentação, atendimento ao público, partes e advogados. Já notificamos à Coordenação dos Juizados Especiais e estamos aguardando a resolução do problema”, explicou Gladiston Cutrim. Uma equipe da operadora Oi Telemar também já esteve no local, mas ainda não foi definido prazo para resolução do problema.
O magistrado informou, também, que não estão acontecendo audiências na unidade judicial. Os prazos processuais estarão suspensos enquanto o atendimento no 2º Juizado não for regularizado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJ-MA - DECISÕES
31/07/2014 - O IMPARCIAL ONLINE
POSITIVA
JUSTIÇA SUSPENDE DECISÃO QUE DETERMINAVA REDUÇÃO DE TARIFAS DE PASSAGENS NO COLETIVO

Justiça suspende decisão que determinava redução de tarifas de passagens no coletivo

A greve dos rodoviários causou grande congestionamento pelas Avenidas da capital A justiça aceitou o pedido da prefeitura de São Luís e suspendeu a liminar concedida pelo juiz Clésio Coelho Cunha, que determinava que o reajuste das tarifas de transporte coletivo de passageiros da capital de em 8 de junho deste ano, fosse limitada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A decisão veio da presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, que acatou ao pedido do Município, que solicitou a suspensão, alegando que a decisão agride a ordem administrativa e a economia pública, representando nítida intervenção do Poder Judiciário na gerência do Município, causando lesão à ordem pública e afrontando a diretrizes previstas na Constituição Federal. A prefeitura afirmou que o reajuste foi comprovadamente baseado em estudos técnicos, não podendo ser amparado apenas no IPCA, mas também em variáveis como custo de renovação da frota, valor do óleo diesel e outros insumos das empresas. Ainda disse que a redução dos valores comprometeria o erário municipal, atingindo diretamente a população e provocando, além do colapso no sistema, o perigo de paralisação dos rodoviários e de novas manifestações populares.

Promotoria x Justiça

A ação civil pública contra a prefeitura de São Luís foi proposta pelo Ministério Público Estadual (MP), através da promotora Litia Cavalcante, a fim de anular o decreto municipal que reajustou as tarifas de transporte coletivo em percentuais entre 14,2% e 23%, que teriam superado o dobro dos índices de inflação, sem contudo ter cuidado de promover um sistema de transporte público de qualidade.

O juiz da Vara de Interesses Clésio Coelho Cunha, atendeu parcialmente e determinou a revisão dos valores do reajuste dentro de 48 horas, sob pena de multa diária de R$ 10 mil. Para o magistrado, o aumento excessivo das tarifas, não acompanhado da melhoria na qualidade do serviço prestado, afronta diretamente dispositivos da Lei nº 8.987/1995 e da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

"Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas", destaca a sentença, citando a legislação.

A desembargadora Cleonice Silva Freire, acatou os argumentos do Município acerca dos riscos de lesão à ordem pública e administrativa, uma vez que a correção foi aplicada após um período extenso de greve.

"Isto porque persiste o perigo de descontinuidade da prestação de um serviço público essencial, tal como ocorreu no período de greve dos rodoviários, resultando em prejuízo e transtornos bem maiores à população do que aqueles já ocasionados pelo aumento tarifário em questão, além de refletir um cenário de insegurança jurídica", disse a desembargadora, frisando o acordo de aumento salarial firmado pela categoria no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

A greve dos rodoviários causou grande congestionamento pelas Avenidas da capital Cronograma da Greve
A greve dos rodoviários de São Luís teve inicio no mês de maio deste ano, no período várias reuniões foram

realizadas para decidir a data para a paralisação parcial e posteriormente total da frota que circula em São Luís e região metropolitana. Os encontros para discutir o assunto haviam iniciadodesde o começo do ano entre as partes envolvidas e, caso não houvesse acordo o TRT aguardaria o ajuizamento do dissídio coletivo, e oMinistério Público do Trabalho iria intermediar as negociações.

A prefeitura na época havia descartado a possibilidade de aumento de passagem, vista pelos empresários como a única maneira de atender as reivindicações da classe trabalhadora. O Ministério Público do Trabalho (MPT-MA) tentou mediar acordo, mas não houve consenso sobre o percentual solicitado de 25% após outras reuniões caiu para 16% e depois 11%, aumento no valor do ticket-alimentação, que passaria de R$ 429,00 para R$ 600,00; inclusão de um dependente no plano de saúde; redução da jornada de trabalho de oito para seis horas diárias; e seguro de vida obrigatório no valor mínimo de 10 vezes o valor do salário, conforme determinada a Lei Federal 12.619/2012.
Os ônibus ficaram parados nas garagens de 27 de maio a 06 de junho.A decisão da categoria contrariou a determinação judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA), que decretou que empresas e trabalhadores garantissem, no mínimo, 70% da frota circulando normalmente. A determinação previa ainda multa de R$ 4 mil por hora caso o sindicato dos rodoviários descumprisse o mínimo estabelecido.

O fim da greve só foi possível após a decisão acordada em uma audiência de conciliação mediada pelo TRT entre trabalhadores do transporte público, Sindicato das Empresas de Transporte (SET) e Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT). O reajuste salarial acabou sendo de7,8%, o vale-alimentação teve aumento de 9,6% para bancar o aumento e impedir que os empresários ficassem no prejuízo as passagens de ônibus foram reajustadas em todos os níveis em R$ 0,30.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário do Município do Maranhão (Sttrema), Gilson Coimbra, disse que todas as reivindicações solicitadas e negociadas com a prefeitura de São Luís foram atendidas. O sindicado pagou a multa determinada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e os trabalhadores que paralisaramas atividades durante o período de greve negociaram com os patrões e, os dias paralisados não serão descontados na folha, mas sim nos dias de folga que eles tem direito.

"Até o momento o que foi acertado está sendo cumprido pelas partes envolvidas. Conseguimos até mesmo fazer com que o desconto dos funcionários pelos dias que participaram da greve fosse descontado nas folgas que eles têm direito", acrescenta GilsonCoimbra.
Em maio de 2015o Sttrema, aguarda novo reajuste salarial e de benefícios, se até esse período nenhum acordo for feito as rodadas de negociações entre os envolvidos deve começar novamente e se não houver retorno favorável para os trabalhadores, os usuários do transporte público podem ficar sem ônibus novamente.

"Como a prefeitura concedeu o aumento da passagem facilitando a situação para os empresários, que alegavam estar no vermelho, eu espero que no próximo ano a negociação seja melhor e rápida", finalizou o presidente.

São Luís sediará Fórum Nacional de Alternativas Penais

Para debater o cenário nacional de aplicação de alternativas penais e trocar experiências entre os juízes que atuam na área, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizarão, nos dias 7 e 8 de agosto, em São Luís (MA), o Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape), voltado para magistrados das Varas Criminais e de Penas Alternativas dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais de todo o país.

Segundo o coordenador geral da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, o objetivo é debater e avançar na busca de um padrão nacional para a aplicação de alternativas penais, considerando a Lei de Execuções Penais.

A legislação determina que os crimes de pequeno e médio potencial ofensivo deverão ser punidos com penas alternativas, desde que o crime não tenha pena superior a quatro anos, não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa, que o apenado não seja reincidente, e que as circunstâncias judiciais não lhe sejam desfavoráveis.

Para o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), juiz Douglas Martins, a consolidação de uma política criminal de aplicação das penas e medidas alternativas é cada vez mais relevante diante dos problemas evidentes no sistema prisional brasileiro, como a superlotação e outras violações de direitos humanos.

Por meio do evento o CNJ pretende instalar um fórum permanente de juízes para debater o tema, trocar experiências e encontrar uma política efetiva para a aplicação das alternativas penais, sobretudo, quanto à questão do desencarceramento. Diante da realidade atual do sistema carcerário, é necessária a troca permanente de experiências entre os magistrados de todo o país, para discutirmos essas medidas e a melhor forma de aplicá-las, defende Douglas Martins.

O evento é coordenado pelo DMF e também resultará na criação de um fórum permanente de debates sobre alternativas penais.

Programação

Durante os dois dias de evento, que será realizado no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), os magistrados assistirão a palestras, debaterão em grupos temáticos e conhecerão boas práticas de aplicação de alternativas penais no país. Entre as palestras, estão confirmadas Tornozeleira Eletrônica: Reflexão sobre a sua Utilização e Alternativas Penais ao Encarceramento Feminino.

Os grupos temáticos terão quatro abordagens: Alternativas Penais à Prisão e Segurança Pública; Penas Alternativas no Brasil e Eficácia de sua Aplicação; Tornozeleira Eletrônica, Reflexão sobre a sua Utilização; e Alternativas Penais ao Encarceramento Feminino.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJ-MA - SINDJUS
31/07/2014 - SINDJUS
POSITIVA
(POSTADO EM 30.07.2014) CLEONICE FREIRE PEDE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA À SEPLAN PARA CUMPRIR DECISÃO DOS 21,7%

Cleonice Freire pede suplementação orçamentária à SEPLAN para cumprir decisão dos 21,7%

"Desembargadora Cleonice Freire, Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, oficiou ao Governo do Estado e pediu suplementação orçamentária de 21 milhões de reais para cumprir a decisão dos 21,7%, que transitou em julgado no STF."
"Desembargadora Cleonice Freire, Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, oficiou ao Governo do Estado e pediu suplementação orçamentária de 21 milhões de reais para cumprir a decisão dos 21,7%, que transitou em julgado no STF."

Na tarde desta quarta-feira (29), a Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargadora Cleonice Freire, comunicou ao Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão, João Bernardo Bringel, através do Ofício OFC-GP 5502014, que o montante de recursos necessários para o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que garantiu o direito dos servidores filiados ao Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) ter seus vencimentos corrigidos pelo índice de 21,7% é de R$ 21.702.584, 56 (vinte e um milhões, setecentos e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinqüenta e seis centavos).

Com esse montante de recursos, o Tribunal de Justiça poderá cumprir imediatamente a decisão do STF, com efeitos retroativos a maio deste ano, data em que ocorreu a notificação do transito em julgado da decisão judicial.Nesta quinta-feira, 31, a diretoria do SINDJUS-MA tentará obter junto à SEPLAN informações sobre a publicação do decreto de suplementação orçamentária, como também informações da própria Presidente Cleonice Freire, quanto à sua disposição de cumprimento da referida decisão judicial por folha de pagamento suplementar.

Para conhecer o inteiro teor do ofício do TJMA para a SEPLAN, clique aqui.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - COMARCAS
31/07/2014 - SITE 180 GRAUS - NOTÍCIAS
POSITIVA
COMARCA DE SÃO DOMINGOS REALIZA MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS

Comarca de São Domingos realiza mutirão de audiências

A Comarca de São Domingos do Maranhão está realizando um mutirão de audiências concentradas do Juizado Especial. As atividades tiveram início na terça-feira (29) e abrangem processos relativos ao juizado, com a designação de 308 (trezentas e oito) audiências, sendo 262 de natureza cível e 46 de natureza criminal (Termo Circunstanciado de Ocorrência). Os trabalhos estão sob a coordenação do juiz titular da comarca, Clênio Lima Corrêa.

Segundo Clênio, está previsto para o período de 04 a 08 de agosto a realização de um mutirão de ações envolvendo bancos, com a designação de 528 audiências do rito sumário, onde serão julgadas Ações Declaratórias de Contrato Nulo com Repetição de Indébito e Indenização por Danos em desfavor do Banco Bradesco S/A.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - COMARCAS
31/07/2014 - SITE 180 GRAUS - NOTÍCIAS
POSITIVA
FÓRUM EM TIMON PROMOVE REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA OAB

Fórum em Timon promove reunião com representantes da OAB

A diretoria do Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, na Comarca de Timon, promove na tarde desta quarta-feira (30) uma reunião com os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil. Entre os assuntos em pauta, a postulação de ações por advogados de outros Estados em processos em Timon. A iniciativa de realizar essa reunião foi dos juízes do Fórum de Timon.

“A iniciativa da reunião foi dos juízes em reunião ordinária. Fazemos reuniões periódicas, mensais. Na última, foi deliberado que havia uma necessidade de ter uma reunião com a OAB para tratarmos da pauta em questão”, explicou Rogério Monteles, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Timon e diretor do fórum.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJ-MA - PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
31/07/2014 - SITE 180 GRAUS - NOTÍCIAS
POSITIVA
(POSTADO EM 30.07.14) CONCILIAÇÃO ITINERANTE REGISTRA MAIS DE 1,5 MIL ATENDIMENTOS NO ITAQUI-BACANGA

Conciliação itinerante registra mais de 1,5 mil atendimentos no Itaqui-Bacanga

Pedidos de pensão, reconhecimento de paternidade, DPVAT, divórcio, disputa por posse de bens, cobranças, negociações de débitos fiscais, linhas de empréstimo e outras causas de pequena complexidade foram solucionadas durante a 1ª Semana de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que registrou 1.541 atendimentos à população da área do Itaqui-Bacanga, de 21 a 25 de julho, no campus da UFMA.

Os atendimentos envolveram desde procedimentos de triagem (orientação e identificação da demanda), perícias médicas, agendamentos de exame de DNA, atendimentos feitos pelas empresas e instituições parceiras, informações sobre programas sociais, sessões de conciliação com vistas a tentar solucionar as mais diversas questões dos cidadãos.
Publicado Por: Igor Leonardo

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - PROJETO ESTANTE VAZIA
31/07/2014 - SITE 180 GRAUS - NOTÍCIAS
POSITIVA
(POSTADO EM 30.07.14) PROJETO ESTANTE VAZIA DIVULGA RESULTADOS NA 1ª VARA DE CAXIAS

Projeto Estante Vazia divulga resultados na 1ª Vara de Caxias

Com os trabalhos finalizados no último dia 25, o Projeto Estante Vazia conclui mais uma etapa, desta vez realizada na 1ª Vara de Caxias, comarca localizada a 368 km de São Luis. As atividades foram realizadas no período de 14 a 25 de julho e foram coordenadas pelos juízes Tereza Cristina Franco Palhares e Rodrigo Nina. Esta é a 2ª vez que o projeto acontece em Caxias. A primeira vez foi em abril, quando na oportunidade foram analisados 1575 processos, resultando em 1077 atos, entre decisões, despachos e sentenças.

Desta vez as ações foram centralizadas na 1ª Vara da comarca, resultando no total de 1005 processos analisados pela Comissão de Juízes Sentenciantes.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - COMARCAS
31/07/2014 - SITE ADVOGADO NEWS - NOTÍCIAS
POSITIVA
COMARCA DE SÃO DOMINGOS REALIZA MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS

Comarca de São Domingos realiza mutirão de audiências

31
JUL
2014
10:45

A Comarca de São Domingos do Maranhão está realizando um mutirão de audiências concentradas do Juizado Especial. As atividades tiveram início na terça-feira (29) e abrangem processos relativos ao juizado, com a designação de 308 (trezentas e oito) audiências, sendo 262 de natureza cível e 46 de natureza criminal (Termo Circunstanciado de Ocorrência). Os trabalhos estão sob a coordenação do juiz titular da comarca, Clênio Lima Corrêa.

Segundo Clênio, está previsto para o período de 04 a 08 de agosto a realização de um mutirão de ações envolvendo bancos, com a designação de 528 audiências do rito sumário, onde serão julgadas Ações Declaratórias de Contrato Nulo com Repetição de Indébito e Indenização por Danos em desfavor do Banco Bradesco S/A.

“Realizaremos ainda, na semana seguinte, dias 12 e 13 de agosto, um total de nove audiências criminais para julgamento de réus presos, e que no dia 14 estará sendo realizada uma sessão do Tribunal do Júri para julgamento do réu Raimundo Ramos Pereira (réu preso na UPR de Bacabal). Ao todo em um período de 15 dias a Comarca de São Domingos estará realizando um total de 846 audiências”, esclarece Clênio Lima.

Previdenciário – No mês de abril, no período de 07 a 11 foi realizado na comarca o IV Mutirão Previdenciário, com a designação de 290 audiências, sendo realizadas 284 e um montante de R$ 1.083.858,61 em acordos com o INSS. Nesse mutirão, Clênio Lima contou com o auxílio dos juízes Marcelo Rego (Igarapé Grande), Marcelo Oka (Colinas), Antonio Elias de Queiroga Filho (1ª Vara de Barra do Corda), e Ferdinando Marco Serejo (2ª Vara de Presidente Dutra).

No mesmo período foram realizadas 23 audiências criminais concentradas, as quais contaram com a participação do promotor de Justiça Júlio Aderson, de Santo Antonio dos Lopes, e do promotor de Justiça Aarão Carlos Lima Castro, titular da Comarca de São Domingos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - FÓRUM DE SÃO LUÍS
31/07/2014 - SITE ADVOGADO NEWS - NOTÍCIAS
POSITIVA
SERVIDORA DO FÓRUM APRESENTARÁ TRABALHO EM CONGRESSO NO PERU

Servidora do Fórum apresentará trabalho em congresso no Peru

31
JUL
2014
10:54

A servidora do Fórum de São Luís, Priscilla Costa, participará, em Lima, no Peru, do XII Congresso da Associação LatinoAmericana de Investigadores da Comunicação (ALAIC). O evento, que ocorrerá de 6 a 8 de agosto, vai reunir pesquisadores de 18 grupos de trabalhos da área de comunicação.

Graduada em Relações Públicas, especialista em Docência e Pesquisa no Ensino Superior e mestranda em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Priscilla Costa apresentará, durante o congresso, o trabalho de pesquisa “Movimento das rádios comunitárias em defesa da democratização da comunicação no Brasil: o Maranhão”.

Será a única maranhense a integrar o grupo de trabalho “Comunicação Popular Comunitária e Cidadania”. Somente duas pesquisadoras do Maranhão participam do congresso no Peru.

Priscilla Costa é servidora do Tribunal de Justiça desde 2006 e atua na Assessoria de Comunicação do Fórum de São Luís desde 2010. Foi professora do Departamento de Comunicação Social da UFMA. O trabalho que a servidora apresentará no Congresso ALAIC faz parte da pesquisa que ela desenvolve no mestrado de Políticas Públicas.

O XII Congresso da ALAIC será realizado na Faculdade de Ciências e Artes da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUC-Peru). O evento ocorre a cada dois anos. O último foi em Montevidéu (Uruguai).

Congresso Brasileiro de Comunicação

Esta semana (31 de agosto e 1º de setembro), a servidora Valquíria Santana, lotada na Assessoria de Comunicação do Fórum, participa, em Aracaju (SE), do X Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), que traz o tema “Desafios da Comunicação: avanço tecnológico X humanização”.

O evento é direcionado a assessores de comunicação do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias, Tribunais de Contas, Ordem dos Advogados e instituições afins, além de ministros, juízes, procuradores e promotores de Justiça, bem como jornalistas e estudantes universitários.

Servidora do TJMA desde 2012, Valquíria Santana é formada em Jornalismo pela UFMA, com especialização em Comunicação Organizacional e MBA em Gerenciamento de Projetos, pela Fundação Getúlio Vargas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - JUIZADOS ESPECIAIS
31/07/2014 - SITE ADVOGADO NEWS - NOTÍCIAS
POSITIVA
2º JUIZADO CÍVEL DE IMPERATRIZ JÁ ESTÁ COM ATENDIMENTO NORMALIZADO

2º Juizado Cível de Imperatriz já está com atendimento normalizado

31
JUL
2014
11:49

O atendimento no 2ao Juizado Especial Cível de Imperatriz voltou ao normal. Os trabalhos estavam prejudicados em função da falta de internet, desde a semana passada. Segundo o juiz titular Gladiston Nascimento Cutrim, todas atividades da unidade judicial dependem da internet, haja vista os sistemas como o ProJudi.

“Como os processos são virtuais, uma queda de internet deixa tudo paralisado. Ficamos sem fazer movimentação, atendimento ao público, advogados e partes. A Coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais tomou as providências para que o trabalho fosse retomado aqui no juizado”, explicou Gladiston Cutrim.

“Durante esse período em que esteve sem internet, o juizado suspendeu a realização de audiências. Os prazos processuais também ficaram suspensos”, informou o juiz.

Experiência de monitoramento carcerário do TJMA concorre ao prêmio Innovare

31
JUL
2014
11:24

A Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF) está concorrendo ao 11º Prêmio Innovare 2014, que identifica e divulga as boas práticas da atividade jurisdicional. Na categoria "tribunal", o órgão disputará a premiação, destacando as ações do Núcleo de Assistência Voluntária (NAV), que oferece orientação jurídica e assistência social aos internos carentes das unidades prisionais.

Em visita à sede da UMF, localizada na Rua do Egito, o advogado Marco Lara, membro do Instituto Innovare no Maranhão, foi recebido pelo coordenador-geral substituto da UMF e juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça; o coordenador executivo, Ariston Chagas Júnior; e a chefe da Divisão Jurídica, Larissa Soares. Os técnicos avaliaram o trabalho realizado pelo núcleo, considerando as ações de orientação jurídica, inspeções das unidades prisionais e procedimentos administrativos.

"O trabalho do Núcleo de Assistência Voluntária do TJMA, é uma iniciativa que visa garantir aos detentos mais carentes o pleno exercício de seus direitos e a ampla defesa de seus interesses na execução penal. Uma experiência que merece ser ampliada e divulgada no meio jurídico", destacou o juiz Fernando Mendonça.

O coordenador executivo da UMF explicou que o NAV passou por adequações e atua agora com nova configuração, atendendo aos anseios da OAB e da Defensoria Pública. "A prática do núcleo foi regulamentada e está subordinada à Unidade de Monitoramento Carcerário, conforme determina a Lei 9551/2012", ressaltou.

COMO FUNCIONA – A orientação jurídica realizada pelo NAV funciona de três formas: a primeira é com a orientação na Penitenciária de Pedrinhas, estabelecendo um diálogo direto com o preso; a segunda é na própria sede da UMF, juntamente aos familiares do preso; e por fim, através do Sistema UMF – sistema eletrônico disponível no Portal do Judiciário do Maranhão, que recebe a demanda das instituições.

De acordo com dados da UMF, até maio de 2014, foram feitas 4.301 atendimentos, tendo sido detectados, na capital, 4.236 presos, e 2.252 nas demais comarcas do Maranhão, totalizando uma população carcerária 6.488.

Outra linha de trabalho do NAV são as inspeções às unidades prisionais e delegacias de polícia, hospitais psiquiátricos e unidades de internação para cumprimento de medidas socioeducativas, nas quais, além da realização da orientação jurídica, a direção da instituição repassa uma lista nominal dos presos para verificar a situação processual dos mesmos. São averiguadas também as condições estruturais do local e a assistência prestada aos encarcerados.

O núcleo é habilitado para abertura de procedimentos administrativos, quando se registra morte, fuga ou rebelião no sistema carcerário maranhense. Após a elaboração do termo de abertura, oficia-se as instituições envolvidas, monitorando e fiscalizando as providências tomadas em relação aos fatos.

INNOVARE – o Prêmio Innovare identifica, premia e dissemina práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça Brasileira.

As práticas identificadas demonstram o rico e diversificado trabalho que vem sendo realizado e o acervo é disponibilizado no Banco de Práticas do prêmio, podendo ser consultado gratuitamente por todos os interessados.

São Luís sediará Fórum Nacional de Alternativas Penais

Para debater o cenário nacional de aplicação de alternativas penais e trocar experiências entre os juízes que atuam na área, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizarão, nos dias 7 e 8 de agosto, em São Luís (MA), o Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape), voltado para magistrados das Varas Criminais e de Penas Alternativas dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais de todo o país.

Segundo o coordenador geral da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, o objetivo é debater e avançar na busca de um padrão nacional para a aplicação de alternativas penais, considerando a Lei de Execuções Penais.

A legislação determina que os crimes de pequeno e médio potencial ofensivo deverão ser punidos com penas alternativas, desde que o crime não tenha pena superior a quatro anos, não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa, que o apenado não seja reincidente, e que as circunstâncias judiciais não lhe sejam desfavoráveis.

Para o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), juiz Douglas Martins, a consolidação de uma política criminal de aplicação das penas e medidas alternativas é cada vez mais relevante diante dos problemas evidentes no sistema prisional brasileiro, como a superlotação e outras violações de direitos humanos.

Por meio do evento o CNJ pretende instalar um fórum permanente de juízes para debater o tema, trocar experiências e encontrar uma política efetiva para a aplicação das alternativas penais, sobretudo, quanto à questão do desencarceramento. Diante da realidade atual do sistema carcerário, é necessária a troca permanente de experiências entre os magistrados de todo o país, para discutirmos essas medidas e a melhor forma de aplicá-las, defende Douglas Martins.

O evento é coordenado pelo DMF e também resultará na criação de um fórum permanente de debates sobre alternativas penais.

Programação

Durante os dois dias de evento, que será realizado no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), os magistrados assistirão a palestras, debaterão em grupos temáticos e conhecerão boas práticas de aplicação de alternativas penais no país. Entre as palestras, estão confirmadas Tornozeleira Eletrônica: Reflexão sobre a sua Utilização e Alternativas Penais ao Encarceramento Feminino.

Os grupos temáticos terão quatro abordagens: Alternativas Penais à Prisão e Segurança Pública; Penas Alternativas no Brasil e Eficácia de sua Aplicação; Tornozeleira Eletrônica, Reflexão sobre a sua Utilização; e Alternativas Penais ao Encarceramento Feminino.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS
31/07/2014 - SITE GAZETA DA ILHA - NOTÍCIAS
POSITIVA
(POSTADO EM 30.07.14) JUSTIÇA OBRIGA CAEMA A REALIZAR SERVIÇOS

Justiça obriga Caema a realizar serviços

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís determinou que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) faça serviços de melhorias no Residencial Lima Verde, próximo ao Maiobão.

Na decisão judicial, a determinação para que a CAEMA adote diversas providências, entre as quais promover o fornecimento de água de qualidade para todo o bairro.

Na sentença, o juiz Clésio Coelho Cunha destaca a necessidade da companhia realizar obras de esgoto no bairro. “Julgo procedente o pedido inicial, para impor à ré a obrigação de fazer consistente na prestação do serviço de abastecimento de água e esgoto com qualidade, eficiência, adequação e segurança em todo o Residencial Lima Verde”, diz na decisão.

O documento destaca o caso específico do problema de refluxo de esgoto na Rua Alta e falta de ligação do poço à rede de distribuição no Loteamento Lima Verde.

“Fixo o prazo de 60 dias, a contar de sua ciência desta decisão, para cumprimento das medidas, sob pena de multa pecuniária diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais)”, enfatizou.

“Determino a intimação, por Oficial de Justiça, da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, através de seu presidente, advertindo que o não cumprimento da vertente decisão judicial acarretará, além da multa diária cominada a pessoa jurídica, a imposição das sanções pessoais legalmente cabíveis em razão do descumprimento de ordem judicial”, finalizou a decisão judicial.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJ-MA - SEMANA DA CONCILIAÇÃO
31/07/2014 - SITE JORNAL PEQUENO
POSITIVA
CONCILIAÇÃO ITINERANTE REGISTRA MAIS DE 1,5 MIL ATENDIMENTOS NO ITAQUI-BACANGA

Conciliação itinerante registra mais de 1,5 mil atendimentos no Itaqui-Bacanga

Nas sessões de conciliação são solucionadas as mais diversas questões judiciais ou não. (Foto: Ribamar Pinheiro)|

Pedidos de pensão, reconhecimento de paternidade, DPVAT, divórcio, disputa por posse de bens, cobranças, negociações de débitos fiscais, linhas de empréstimo e outras causas de pequena complexidade foram solucionadas durante a 1ª Semana de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que registrou 1.541 atendimentos à população da área do Itaqui-Bacanga, de 21 a 25 de julho, no campus da UFMA.

Os atendimentos envolveram desde procedimentos de triagem (orientação e identificação da demanda), perícias médicas, agendamentos de exame de DNA, atendimentos feitos pelas empresas e instituições parceiras, informações sobre programas sociais, sessões de conciliação com vistas a tentar solucionar as mais diversas questões dos cidadãos, tanto judiciais - em trâmite no 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UFMA (antigo juizado especial do bairro Anjo da Guarda) quanto pré-judiciais (sem ação judicial).

Moradores da área Itaqui-Bacanga que não puderam participar da ação social e têm interesse em resolver seus conflitos, ainda poderão procurar o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), na Casa da Justiça, localizada próximo ao restaurante universitário da UFMA, e agendar uma sessão no escritório-escola, ou procurar um dos Cejusc's instalados em São Luís.

RÁPIDO - A dona de casa Maria Severa Pacheco e o servente José Domingos Rocha, ambos moradores do Maracanã, resolveram recorrer à conciliação para formalizar o pedido de divórcio e saíram satisfeitos. "A Justiça está de parabéns. Conseguimos resolver nossa situação de forma bastante rápida e o melhor de tudo, sem gastar nada", disse Domingos.

A também dona de casa Maria Liliane Andrade, moradora da Vila Nova, participou do evento e saiu realizada. "O evento veio em boa hora. Muitas vezes, nossas questões demoram a ser resolvidas junto às empresas ou aos juizados", afirmou.

Centenas de pessoas estiveram envolvidas na organização da ação social, entre servidores da Justiça e dos Centros de Conciliação (Cejusc's), coordenadores, professores, estudantes, estagiários e demais funcionários da UFMA, estudantes do Uniceuma, prepostos e funcionários de empresas e entidades parceiras (BNB, Caema, Cemar, Oi, Prefeitura de São Luís, Seguradora Líder, Vale, Defensoria Pública, Promotoria, Semcas e outros).

DIÁLOGO - O presidente do Núcleo Permanente de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida, agradeceu o apoio de todos e ressaltou a importância da conciliação itinerante. "Estamos plenamente realizados com o resultado obtido neste primeiro evento itinerante. Os cidadãos compareceram, sentaram numa mesa de negociação e resolveram pacificamente seus conflitos por meio do diálogo e do entendimento", ressaltou.

Para o desembargador, a semana é mais um instrumento que visa levar a justiça até o cidadão e contribuir para a pacificação social. "Nosso sonho está se concretizando, graças ao comprometimento e à união de forças com as instituições, empresas e com toda a sociedade", concluiu.

Segundo o coordenador do Núcleo de Conciliação, juiz Alexandre Abreu, a ação social cumpriu o seu objetivo e significou uma mudança de postura do Judiciário. "É o primeiro evento desse tipo realizado no país. Apresentamos uma solução democrática, ágil, eficaz e gratuita de solução de conflitos. Afinal, a conciliação é, sem dúvidas, o melhor caminho", reforçou.

PRÓXIMA SEMANA - Ainda sem data confirmada, a 2ª Semana de Conciliação Itinerante acontecerá em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e envolverá as comunidades próximas daquela área.

Na UEMA, funciona o 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, abrangendo os bairros Maiobinha, Santa Clara, Tropical, Vila Vitória, Cidade Olímpica,Vila América e outros.

Todos os parceiros que participaram do primeiro evento já confirmaram presença para o próximo. Demais interessados poderão entrar em contato por meio do Telejudiciário (0800-707 1581), pelos telefones 3194-5676 (1º Cejusc), 3261-6280 (2º Cejusc), ou pelo e-mail

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJ-MA - AÇÕES TJMA
31/07/2014 - SITE JUSBRASIL - NOTÍCIAS
POSITIVA
(PUBLICADO EM 30.07.14) - NPE DIVULGA RESULTADO DE PESQUISA SOBRE A GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE

NPE divulga resultado de pesquisa sobre a gratificação por produtividade

Dos magistrados entrevistados, 85% concordam que a GPJ influencia positivamente na imagem da instituição

A Assessoria de Gestão Estratégica do TJMA divulgou o resultado da enquete realizada pelo Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) com 572 servidores e 20 magistrados, visando coletar as impressões sobre a Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) instituída em 2011 e concedida anualmente a servidores que atingem determinadas metas de produtividade.

Segundo os servidores participantes, 85,3% acreditam que a GPJ contribui com a celeridade processual; 88,3% opinaram que a gratificação é um mecanismo voltado à melhoria da prestação jurisdicional. Grande parte dos servidores, no percentual de 90%, entendeu que seu desempenho interfere no alcance da meta.

Segundo a coordenadora do Planejamento Estratégico, juíza Sonia Amaral, dos magistrados que responderam a enquete, 85% concordaram que a GPJ melhora a atividade do Judiciário e que influencia positivamente na imagem da instituição.

Além de responderem à pesquisa, os servidores e magistrados fizeram algumas sugestões, que foram respondidas pela juíza Sonia Amaral. Estamos prestando contas da pesquisa com os servidores e magistrados, afirma.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - COMARCAS
31/07/2014 - SITE JUSBRASIL - NOTÍCIAS
POSITIVA
COMARCA DE SÃO DOMINGOS REALIZA MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS

Comarca de São Domingos realiza mutirão de audiências

A Comarca de São Domingos do Maranhão está realizando um mutirão de audiências concentradas do Juizado Especial. As atividades tiveram início na terça-feira (29) e abrangem processos relativos ao juizado, com a designação de 308 (trezentas e oito) audiências, sendo 262 de natureza cível e 46 de natureza criminal (Termo Circunstanciado de Ocorrência). Os trabalhos estão sob a coordenação do juiz titular da comarca, Clênio Lima Corrêa.

Segundo Clênio, está previsto para o período de 04 a 08 de agosto a realização de um mutirão de ações envolvendo bancos, com a designação de 528 audiências do rito sumário, onde serão julgadas Ações Declaratórias de Contrato Nulo com Repetição de Indébito e Indenização por Danos em desfavor do Banco Bradesco S/A.

Realizaremos ainda, na semana seguinte, dias 12 e 13 de agosto, um total de nove audiências criminais para julgamento de réus presos, e que no dia 14 estará sendo realizada uma sessão do Tribunal do Júri para julgamento do réu Raimundo Ramos Pereira (réu preso na UPR de Bacabal). Ao todo em um período de 15 dias a Comarca de São Domingos estará realizando um total de 846 audiências, esclarece Clênio Lima.

Previdenciário - No mês de abril, no período de 07 a 11 foi realizado na comarca o IV Mutirão Previdenciário, com a designação de 290 audiências, sendo realizadas 284 e um montante de R$ 1.083.858,61 em acordos com o INSS. Nesse mutirão, Clênio Lima contou com o auxílio dos juízes Marcelo Rego (Igarapé Grande), Marcelo Oka (Colinas), Antonio Elias de Queiroga Filho (1ª Vara de Barra do Corda), e Ferdinando Marco Serejo (2ª Vara de Presidente Dutra).

No mesmo período foram realizadas 23 audiências criminais concentradas, as quais contaram com a participação do promotor de Justiça Júlio Aderson, de Santo Antonio dos Lopes, e do promotor de Justiça Aarão Carlos Lima Castro, titular da Comarca de São Domingos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - FÓRUM DE SÃO LUÍS
31/07/2014 - SITE JUSBRASIL - NOTÍCIAS
POSITIVA
SERVIDORA DO FÓRUM APRESENTARÁ TRABALHO EM CONGRESSO NO PERU

Servidora do Fórum apresentará trabalho em congresso no Peru

A servidora do Fórum de São Luís, Priscilla Costa, participará, em Lima, no Peru, do XII Congresso da Associação LatinoAmericana de Investigadores da Comunicação (ALAIC). O evento, que ocorrerá de 6 a 8 de agosto, vai reunir pesquisadores de 18 grupos de trabalhos da área de comunicação.

Graduada em Relações Públicas, especialista em Docência e Pesquisa no Ensino Superior e mestranda em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Priscilla Costa apresentará, durante o congresso, o trabalho de pesquisa Movimento das rádios comunitárias em defesa da democratização da comunicação no Brasil: o Maranhão.

Será a única maranhense a integrar o grupo de trabalho Comunicação Popular Comunitária e Cidadania. Somente duas pesquisadoras do Maranhão participam do congresso no Peru.

Priscilla Costa é servidora do Tribunal de Justiça desde 2006 e atua na Assessoria de Comunicação do Fórum de São Luís desde 2010. Foi professora do Departamento de Comunicação Social da UFMA. O trabalho que a servidora apresentará no Congresso ALAIC faz parte da pesquisa que ela desenvolve no mestrado de Políticas Públicas.

O XII Congresso da ALAIC será realizado na Faculdade de Ciências e Artes da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUC-Peru). O evento ocorre a cada dois anos. O último foi em Montevidéu (Uruguai).

Congresso Brasileiro de Comunicação

Esta semana (31 de agosto e 1º de setembro), a servidora Valquíria Santana, lotada na Assessoria de Comunicação do Fórum, participa, em Aracaju (SE), do X Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), que traz o tema Desafios da Comunicação: avanço tecnológico X humanização.

O evento é direcionado a assessores de comunicação do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias, Tribunais de Contas, Ordem dos Advogados e instituições afins, além de ministros, juízes, procuradores e promotores de Justiça, bem como jornalistas e estudantes universitários.

Servidora do TJMA desde 2012, Valquíria Santana é formada em Jornalismo pela UFMA, com especialização em Comunicação Organizacional e MBA em Gerenciamento de Projetos, pela Fundação Getúlio Vargas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - JUIZADOS ESPECIAIS
31/07/2014 - SITE JUSBRASIL - NOTÍCIAS
POSITIVA
2º JUIZADO CÍVEL DE IMPERATRIZ JÁ ESTÁ COM ATENDIMENTO NORMALIZADO

2º Juizado Cível de Imperatriz já está com atendimento normalizado

O atendimento no 2ao Juizado Especial Cível de Imperatriz voltou ao normal. Os trabalhos estavam prejudicados em função da falta de internet, desde a semana passada. Segundo o juiz titular Gladiston Nascimento Cutrim, todas atividades da unidade judicial dependem da internet, haja vista os sistemas como o ProJudi.

Como os processos são virtuais, uma queda de internet deixa tudo paralisado. Ficamos sem fazer movimentação, atendimento ao público, advogados e partes. A Coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais tomou as providências para que o trabalho fosse retomado aqui no juizado, explicou Gladiston Cutrim.

Durante esse período em que esteve sem internet, o juizado suspendeu a realização de audiências. Os prazos processuais também ficaram suspensos, informou o juiz.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJ-MA - UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
31/07/2014 - SITE JUSBRASIL - NOTÍCIAS
POSITIVA
EXPERIÊNCIA DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO DO TJMA CONCORRE AO PRÊMIO INNOVARE

Experiência de monitoramento carcerário do TJMA concorre ao prêmio Innovare

A Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF) está concorrendo ao 11º Prêmio Innovare 2014, que identifica e divulga as boas práticas da atividade jurisdicional. Na categoria tribunal, o órgão disputará a premiação, destacando as ações do Núcleo de Assistência Voluntária (NAV), que oferece orientação jurídica e assistência social aos internos carentes das unidades prisionais.

Em visita à sede da UMF, localizada na Rua do Egito, o advogado Marco Lara, membro do Instituto Innovare no Maranhão, foi recebido pelo coordenador-geral substituto da UMF e juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça; o coordenador executivo, Ariston Chagas Júnior; e a chefe da Divisão Jurídica, Larissa Soares. Os técnicos avaliaram o trabalho realizado pelo núcleo, considerando as ações de orientação jurídica, inspeções das unidades prisionais e procedimentos administrativos.

O trabalho do Núcleo de Assistência Voluntária do TJMA, é uma iniciativa que visa garantir aos detentos mais carentes o pleno exercício de seus direitos e a ampla defesa de seus interesses na execução penal. Uma experiência que merece ser ampliada e divulgada no meio jurídico, destacou o juiz Fernando Mendonça.

O coordenador executivo da UMF explicou que o NAV passou por adequações e atua agora com nova configuração, atendendo aos anseios da OAB e da Defensoria Pública. A prática do núcleo foi regulamentada e está subordinada à Unidade de Monitoramento Carcerário, conforme determina a Lei 9551/2012, ressaltou.

COMO FUNCIONA - A orientação jurídica realizada pelo NAV funciona de três formas: a primeira é com a orientação na Penitenciária de Pedrinhas, estabelecendo um diálogo direto com o preso; a segunda é na própria sede da UMF, juntamente aos familiares do preso; e por fim, através do Sistema UMF - sistema eletrônico disponível no Portal do Judiciário do Maranhão, que recebe a demanda das instituições.

De acordo com dados da UMF, até maio de 2014, foram feitas 4.301 atendimentos, tendo sido detectados, na capital, 4.236 presos, e 2.252 nas demais comarcas do Maranhão, totalizando uma população carcerária 6.488.

Outra linha de trabalho do NAV são as inspeções às unidades prisionais e delegacias de polícia, hospitais psiquiátricos e unidades de internação para cumprimento de medidas socioeducativas, nas quais, além da realização da orientação jurídica, a direção da instituição repassa uma lista nominal dos presos para verificar a situação processual dos mesmos. São averiguadas também as condições estruturais do local e a assistência prestada aos encarcerados.

O núcleo é habilitado para abertura de procedimentos administrativos, quando se registra morte, fuga ou rebelião no sistema carcerário maranhense. Após a elaboração do termo de abertura, oficia-se as instituições envolvidas, monitorando e fiscalizando as providências tomadas em relação aos fatos.

INNOVARE - o Prêmio Innovare identifica, premia e dissemina práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça Brasileira.

As práticas identificadas demonstram o rico e diversificado trabalho que vem sendo realizado e o acervo é disponibilizado no Banco de Práticas do prêmio, podendo ser consultado gratuitamente por todos os interessados.